



Projeto do Plano Plurianual 2020 - 2023 Revisão 2022

Informativo



O processo de revisão do Plano Plurianual tem como objetivo alinhar o planejamento quadrienal do Estado com a programação exposta no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022, considerando os cenários social, econômico, político e financeiro, sem perder de vista o referencial das diretrizes e dos objetivos estratégicos, definidos como premissas básicas da ação do governo.

PPA e Planejamento Estadual

O PPA é aprovado por lei quadrienal e tem sua vigência estabelecida do segundo ano do mandato executivo até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A vigência do plano atual teve início em 1º de janeiro de 2020 e termina em 31 de dezembro de 2023.

Esse instrumento é o principal mecanismo de planejamento orçamentário da administração pública brasileira, obrigatório para a União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Em Pernambuco, de acordo com o art. 124 da Constituição Estadual, o PPA deve ser alvo de revisões anuais de suas programações.

No presente caso, portanto, não se trata de um novo PPA para 2022, mas sim da atualização e do aperfeiçoamento da programação já definida pelos órgãos do Poder Executivo e dos outros Poderes, sempre considerando o processo de continuidade das políticas públicas setoriais, já definidas no PPA quadrienal, normatizado por meio de lei específica.

Nesse sentido, a revisão do PPA não só cumpre uma exigência constitucional como também evidencia as medidas concretas que serão adotadas pelo Governo, com vistas a atender as demandas da população.

Em Pernambuco, ele configura-se como o elo entre o planejamento de longo prazo da gestão estadual com o orçamento público. A elaboração do PPA leva em conta:

- Plano Estratégico de Longo Prazo 2035
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU
- Legado dos PPAs anteriores
- Contexto Global e Regional
- Seminários Todos Por Pernambuco

O PPA 2020-2023 segue, como visão de futuro, o lema **“Um Estado para Todos”**. Assim, define três grandes focos de atuação: a coesão social, a qualidade de vida e a prosperidade.

Em torno desses princípios, foi organizada a estratégia de gestão em Pernambuco para os próximos anos em três dimensões, subdivididas em objetivos estratégicos:

Dimensão Social	Dimensão Ambiental	Dimensão Econômica
<ul style="list-style-type: none"> • Pacto Pela Educação • Pacto Pela Vida • Pacto Pela Saúde • Cidadania e Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Sustentável • Mobilidade e Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Agrário • Trabalho, Renda e Competitividade • Água e Infraestrutura • Modelo de Gestão

Fonte: PPA 2020-2023.

Valores por Objetivos Estratégicos

A revisão 2022 do PPA traz o planejamento orçamentário para o próximo biênio, em cada objetivo estratégico:

Tabela 1 – projeção dos orçamentos por objetivo estratégico do Estado de Pernambuco (2022 a 2023)

Objetivo Estratégico	2022 (a)	2023 (b)	Total (a+b)	R\$ bilhões
				Total (%)
Modelo de Gestão	19,09	20,10	39,20	45,97%
Pacto pela Saúde	7,12	7,22	14,35	16,83%
Pacto pela Vida	4,08	4,24	8,32	9,76%
Pacto pela Educação	5,30	6,16	11,46	13,44%
Água e Infraestrutura	2,08	1,72	3,80	4,46%
Mobilidade e Urbanismo	1,00	0,93	1,94	2,27%
Trabalho e Competitividade	1,09	1,12	2,21	2,59%
Cidadania e Cultura	0,77	0,77	1,54	1,80%
Desenvolvimento Agrário	0,46	0,43	0,88	1,04%
Sustentabilidade	0,63	0,93	1,57	1,84%
Total Geral	41,63	43,63	85,26	100,00%

Fonte: Projeto de Revisão 2022 do PPA 2020-2023.

Importante apontar que o “Modelo de Gestão” abarca os dois maiores programas do governo:

- Encargos Financeiros do Estado (20,2% do total): ligado, em sua maioria, ao repasse de recursos de origem tributária aos municípios, conforme a legislação pertinente.
- Ações de Previdência aos Servidores (13,4% do total): refere-se à concessão de benefícios previdenciários aos servidores do Estado, em todas as secretarias e Poderes.

Juntos, esses programas respondem por mais de 33% de todo o valor previsto na revisão 2022 do PPA a ser despendido no biênio 2022-2023.

Cumprе ressaltar que o Estado não possui muita ingerência sobre o primeiro programa apontado, visto que trata, principalmente, de repasses de recursos que são legalmente vinculados aos municípios desde o momento de sua arrecadação.

Também é relevante notar que a previdência estadual consome mais recursos, sozinha, do que qualquer outro objetivo estratégico tomado individualmente.

Regionalização

Um dos compromissos do PPA é trazer os objetivos do planejamento estadual de forma regionalizada. A população pernambucana está distribuída em 184 municípios, mais o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, agrupados em 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado (RDs), com suas especificidades próprias.

Nesse sentido, o PPPA 2020-2023 traz a regionalização das metas físicas de todos os programas orçamentários previstos para o período, em cada RD. A maioria dos programas, entretanto, possui a indicação de meta não regionalizada, o que dificulta o acompanhamento da execução orçamentária conforme a localização do gasto.

Abaixo, tem-se a distribuição percentual dos valores previstos no PLOA 2022, que é reflexo do planejamento da Revisão 2022 do PPA 2020-2023, por RD:



Não Regionalizado (86,3%)

- RD 1 - Sertão de Itaparica (0,18%)
- RD 2 - Sertão do São Francisco (0,64%)
- RD 3 - Sertão do Araripe (0,35%)
- RD 4 - Sertão Central (0,21%)
- RD 5 - Sertão do Pajeú (0,55%)
- RD 6 - Sertão do Moxotó (0,42%)
- RD 7 - Agreste Meridional (0,61%)
- RD 8 - Agreste Central (1,24%)
- RD 9 - Agreste Setentrional (0,26%)
- RD 10 - Mata Sul (1,00%)
- RD 11 - Mata Norte (0,40%)
- RD 12 - Metropolitana (7,85%)

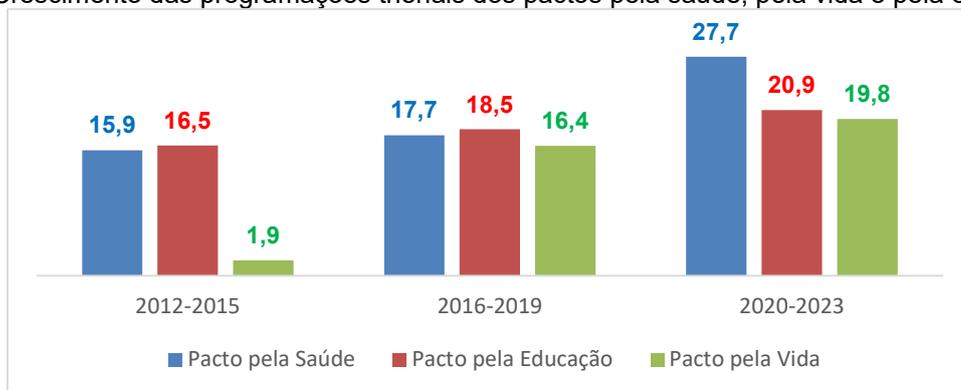
Pactos

Nas três principais áreas de atuação governamental, Pernambuco implantou o sistema de “pactos”, com seus respectivos objetivos:

- **PACTO PELA SAÚDE:** promover um serviço de saúde pública de qualidade com foco em redes integradas, excelência tecnológica e humanização.
- **PACTO PELA VIDA:** reduzir a violência, com ações de prevenção, repressão e ressocialização, a partir de uma rede integrada de atuação governamental, em todas as esferas, e trabalho de promoção social.
- **PACTO PELA EDUCAÇÃO:** assegurar a educação pública de qualidade, com ênfase no regime integral, em todos os níveis, garantindo a equidade da rede escolar, com foco na atuação conjunta com os municípios.

O gráfico seguinte traz a evolução dos **recursos previstos** para o quadriênio de cada PPA, atualizados para valores de agosto de 2021, nesses objetivos estratégicos.

Gráfico 1 – Crescimento das programações trienais dos pactos pela saúde, pela vida e pela educação. R\$ bilhões



Fonte: PPA 2012-2015, PPA 2016-2019 e PPA 2020-2023, atualizados pela revisão 2021 e pelo projeto de 2022.

Nota-se que todos eles apresentaram aumentos **reais** nos valores previstos entre os períodos abrangidos pelos diferentes PPAs. Cada pacto será melhor examinado na sequência. Cabe destacar, de antemão, a evolução dos recursos a serem aplicados no Pacto pela Vida (grande parte pela inclusão de alguns programas no pacto) e no pacto pela saúde (os gastos com o enfrentamento da Pandemia de Covid-19 explicam a maior parte do crescimento). Podem-se aferir os resultados alcançados pelos referidos pactos nos gráficos a seguir.

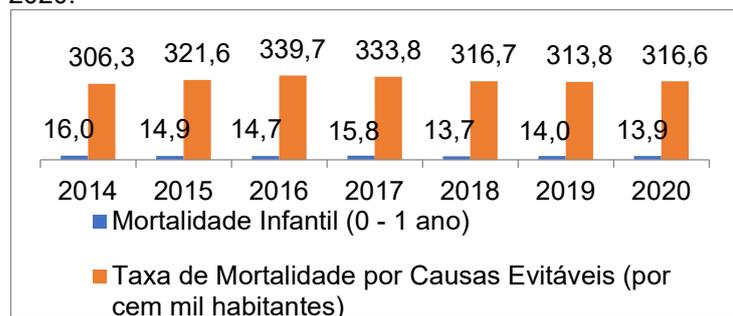
Pacto pela Saúde

Criado em 2011, o Pacto pela Saúde (PPS) é uma política pública que visa à melhoria dos serviços de saúde por meio do acompanhamento dos resultados de todo o Estado de Pernambuco.

O PPA 2020-2023 indica que o governo busca reduzir o déficit observado em leitos e consultas, ao continuar avançando no sentido da interiorização das unidades de atendimento de média e alta complexidade. Além disso, é mencionada a extensão da rede de comercialização dos produtos farmacêuticos do Lafepe.

Dentre os indicadores selecionados pelo Estado para acompanhar o resultado do PPS, destacam-se a Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) e a Taxa de mortalidade por causas evitáveis¹ (por 100 mil habitantes).

Gráfico 2 – Taxas de mortalidade infantil e de mortalidade por causas evitáveis do Estado de Pernambuco – 2014 a 2020.



Fonte: Relatório Quadrimestral de Gestão Social referente ao 2º quadrimestre de 2021 – Seplag.

De forma a contextualizar esses dados, ressalta-se que a média da taxa de mortalidade infantil dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2019, era de 5,2; já a média nacional é de 12,4.

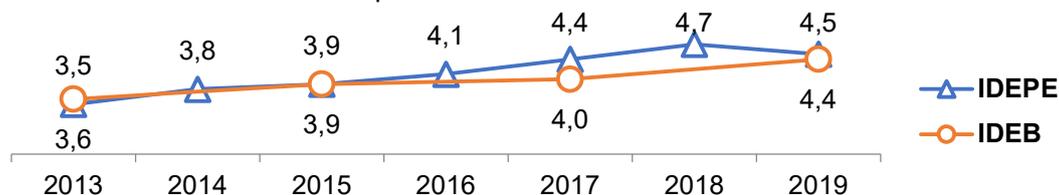
Pacto pela Educação

O Pacto pela Educação (PPE) foi instituído em 2011, com o objetivo de garantir educação pública de qualidade para a população pernambucana. O PPA 2020-2023 indica que o foco desse pacto deverá ser a equidade da rede escolar, com atenção à integração com os municípios. Para tanto, o governo destaca ações:

- Melhorar o acesso à educação básica da rede pública no meio rural.
- Ampliar o acesso ao ensino superior, com a oferta de cursos presenciais e à distância.
- Consolidar a Política Estadual de Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de alcançar a meta de erradicação do analfabetismo no Estado.

Os principais indicadores apontados para o acompanhamento dos resultados do PPE são as notas do Ideb (exame bianual realizado pela União) e do Idepe (exame anual realizado pelo Estado), para o Ensino Médio. Contudo, o Ideb só deverá ser apurado em 2021, enquanto a aferição do Idepe não foi realizada em 2020 por causa da Pandemia de Covid-19.

Gráfico 4 – Ideb e Idepe do Estado de Pernambuco – 2013 a 2019.



Fonte: Relatório Quadrimestral de Gestão Social referente ao 2º quadrimestre de 2021 – Seplag.

Vale apontar que o Ideb de 2019 de Pernambuco (4,4), para o Ensino Médio, esteve acima da média nacional (4,2).

Pacto pela Vida

O Pacto pela Vida (PPV) é o mais antigo dos três pactos geridos pelo Estado, tendo sido elaborado em 2007. É, também, aquele que apresentou maior aumento de orçamento desde o quadriênio 2012-2015.

O PPA 2020-2023 indica que o foco do PPV deverá ser a integração entre diversos atores sociais e agentes públicos em ações conjuntas de prevenção, repressão e ressocialização. Cita-se, por exemplo, a integração da Região Metropolitana do Recife com o Interior como forma de intervir na violência presente em cidades mais afastadas da capital. Destaca-se, ademais, a importância da união entre as secretarias estaduais e instituições parceiras do PPV para o aperfeiçoamento do programa.

O indicador mais utilizado para medir os resultados do PPV é o número de crimes violentos letais intencionais (CVLI), que corresponde aos homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal seguida de morte, além de mortes decorrentes de confronto policial.

Gráfico 3 – Taxas de CVLI do Estado de Pernambuco – 2014 a 2020.



Fonte: Relatório Anual de Gestão Social de 2020 – Seplag.

Como comparação, a média atual dos países que compõem a OCDE é de 3,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, enquanto a média do Brasil é de 26,7.

¹ Segundo a plataforma tabnet, do Datasus, mortes evitáveis são aquelas decorrentes de um agravo ou situação, prevenível pela atuação dos serviços de saúde que incidem, provavelmente, quando o sistema de saúde não consegue atender as necessidades de saúde e seus fatores determinantes são frágeis a identificação e a intervenção acertada.